

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÕES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA.**

Licitação Presencial nº 004/19

DOPP SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE TANQUES E SILOS S.A., empresa sediada na Rua Cel. Antônio Marcelo, nº 260, Brás, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 16.586.753/0001-60, vem respeitosamente à presença de V. Sa., por intermédio de seu representante legal que a presente subscreve (doc. 01), com base no subitem 2.4.1 do Ato Convocatório¹, apresentar **IMPUGNAÇÃO ao EDITAL** da Licitação Presencial nº 004/19, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, é mister destacar a tempestividade da presente impugnação. Consoante a regra inserta no art. 87 § 1º da lei 13.303:2016, reproduzida no subitem 2.4.1 do Ato Convocatório, o prazo para impugnar o Edital é de até cinco dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de abertura do certame, e a sua contagem se dá de maneira invertida. Confira-se:

¹ "2.4.1 A impugnação deverá ser dirigida à CESAMA, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, que deverá realizar os procedimentos necessários para o processamento, julgamento e decisão da impugnação interposta, no prazo de 3 (três) dias úteis, salvo em situações extraordinárias que justifique a dilação deste prazo, hipótese em que o impugnante será informado previamente quanto à extensão do prazo para decisão da petição."

"Art. 87 - § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º.."

A forma de contagem dos prazos, por sua vez, está estampada no art. 110 da Lei 8.666/1993, de aplicação subsidiária à presente licitação, conforme estampado no Art. 41 da lei nº 13.303/2016², nos seguintes termos:

"Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou entidade."

Para que não paire qualquer dúvida com relação à forma de contagem do prazo para apresentar impugnação ao edital, é mister trazer à baila o posicionamento pacífico do Tribunal de Contas da União, sufragado no precedente transcrito a seguir:

"REPRESENTAÇÃO. CONHECIMENTO. PREGÃO. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO E DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. DETERMINAÇÃO.

1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa pode solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do art. 110 da Lei n.º 8.666/93, aplicável subsidiariamente às licitações na modalidade pregão. (...)

Voto do Ministro Relator

(...)

3. No que diz respeito ao prazo para impugnação, o entendimento do Tribunal vai ao encontro da tese da Unitech. A matéria foi examinada pela 6ª Secex no TC 014.947/2005-9 da seguinte forma:

"Verifica-se no preâmbulo do edital que a data para recebimento da proposta foi marcada para 10/08/2005.

Na interpretação levada a efeito pelo Pregoeiro da FUB, e consignada nas respostas às impugnações, o prazo fatal para a contestação teria encerrado em

² Lei nº 13.303/2016: "Art. 41. Aplicam-se às licitações e contratos regidos por esta Lei as normas de direito penal contidas nos arts. 89 a 99 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 .."

05/08/2005, na forma do edital, tendo em vista que os dias 6 e 7 de agosto caíram no sábado e no domingo.

Já para a representante, o prazo se encerraria no dia 8/8/2005, data, aliás, em que protocolou a impugnação administrativa.

A controvérsia, como salientado na instrução anterior dos autos, reside na interpretação que se dá à expressão 'até dois dias úteis antes'. A solução deve ser buscada na Lei n.º 8.666/93, aplicável subsidiariamente às licitações na modalidade Pregão, que, no caput do art. 110, estabelece o seguinte:

'Art. 110 Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.' (grifamos)

No caso vertente, aplicando-se o art. 110 da Lei de Licitações, é evidente que o dia do recebimento da proposta (10/8/2005) deve ser considerado na contagem do prazo. Desta forma, assiste razão à empresa representante, já que não paira qualquer dúvida de que eventuais impugnações poderiam ter sido apresentadas até (inclusive) o dia 8/8/2005.'

4. No Voto condutor do Acórdão nº 1.871/2005-Plenário, o Ministro Walton Alencar Rodrigues acolheu a manifestação da Unidade Técnica:

'O primeiro ponto apontado pela unidade técnica refere-se ao não-conhecimento de impugnações ao edital em virtude de suposta intempestividade. Como a data para o recebimento das propostas era o dia 10/8/2005 (quarta-feira), nos termos do art. 12 do Decreto n.º 3.555/2000, que prevê a possibilidade de impugnação do edital até dois dias úteis antes dessa data, o prazo para a impugnação seria até o dia 8/8/2005 (segunda-feira). Nesse dia, a empresa Orion protocolou sua impugnação administrativa, a qual foi considerada intempestiva. A FUB alegou a não-aplicação do art. 110 da Lei n.º 8.666/1993, que disciplina o método de cálculo do prazo, pois ele somente seria aplicado aos recursos administrativos, contidos no art. 109 do mesmo diploma legal. Entretanto, tal interpretação colide com os termos do próprio art. 110, que prevê sua aplicação aos prazos estabelecidos nesta Lei', não sendo pertinente adotar tal aplicação restritiva. Por consequente, houve interpretação equivocada do pregoeiro, que pode ser considerada como restrição à participação no certame de potencial licitante, cabendo determinação corretiva à FUB, nos termos propostos pela 6ª Secex.'

5. Portanto, procede, neste ponto, a representação da Unitech. A impugnação da empresa foi incorretamente considerada intempestiva e rejeitada pela Receita Federal."

(Acórdão nº 1.406/2006-Plenário. Rel. Min. Marcos Vinícios Vilça – grifou-se)³

Desse modo, considerando que a abertura da licitação ocorrerá no dia 02/07/2019 (terça-feira), e que o prazo legal para impugnar o edital é de até 5 (cinco) dias úteis antes desta data, tem-se que excluindo-se o dia do início (02/07) e incluindo-se o do vencimento (25/06), o prazo final para apresentar essa impugnação é hoje, **25 de junho de 2019**, data do envio da presente impugnação.

³ No mesmo sentido são os Acórdãos nº 1.871/2005-Plenário e 2.625/2008-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

Superada a questão relativa à tempestividade da impugnação, se passará a discorrer a seguir sobre as razões que lhe dão sustentação.

II – RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A Divisão de Administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL - CESAMA, publicou o Edital da Licitação Presencial nº 004/19, cujo objeto é a *"Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia nma execução da análise do terreno e relatório de sondagem, execução da fundação e montagem de reservatório metálico tipo vitrificado, revestido em esmalte vitrificado, com fundação, laje de fundo piso em concreto armado, próprio para armazenamento e distribuição de água potável para a população de juiz de fora "*

Todavia, conforme será adiante demonstrado, verifica-se a necessidade de adequação do Termo de Referência, considerando a cristalina inobservância aos ditames do art. 42, inciso VIII, alínea "d" da Lei nº 13.303/2016, tendo em vista: **(i) a elaboração de projeto básico contemplando o fornecimento de reservatório através de método construtivo EXCLUSIVO, qual seja: do tipo parafusado, não aderente a sistemas construtivos de reservatórios já licitados anteriormente pela própria CESAMA em licitações anteriores, bem como a outros sistemas amplamente utilizados por companhias de saneamento básico em todo o país, frustrando o caráter competitivo da presente licitação.**

II.I – Da inobservância aos ditames do art. 42, inciso VIII, alínea "d" da Lei nº 13.303/2016.

De início, cabe ressaltar que o Edital e o Termo de Referência estabelecem que os Reservatórios a serem fornecidos para a presente licitação sejam exclusivamente do tipo parafusado, senão vejamos:

"4.6.1. ITENS DE FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO

Fornecimento e montagem de **reservatório parafusado** fabricado em chapa de aço para armazenamento de água potável, revestido em esmalte vitrificado, com



*fundação, laje de fundo (piso) em concreto armado, teto plano ou semiplano, suportado ou autoportante, ou tipo domo de alumínio autoportante, com capacidade suporte (carga estática admissível), além do peso da estrutura, mínima de 100 kg/m², e acessórios conforme demais explicações descritas na sequência; **(grifo nosso)***

Ocorre que, conforme será sobejamente demonstrado a seguir, o sistema construtivo parafusado (vitrificado), não representa exclusivamente o único método capaz de atender as necessidades da presente contratação, haja vista o processamento de licitação pela própria CESAMA para contratação de empresa especializada no fornecimento do mesmo objeto, porém com projeto básico contemplando sistema construtivo diferente do parafusado (Licitação Presencial nº 06/2019).

Nesse sentido, após criteriosa análise realizada no Termo de Referência, a impugnante, com o único objetivo de preservar o caráter competitivo da licitação e os ditames legais da lei 13.303/2016, enviou questionamento a este órgão a fim de elucidar a questão e ratificar a existência de outros métodos construtivos amplamente utilizados pelas maiores companhias de saneamento básico do país.

Contudo, sob clara imperícia em relação aos sistemas disponíveis no mercado e até sobre as licitações processadas pela própria CESAMA, a resposta ao nosso questionamento limitou-se a indicar que o projeto básico havia sido elaborado com “profunda” pesquisa de mercado, realizada no período de 1 (um) ano, com visitas a outras companhias, concluindo que o sistema parafusado seria o único, dentre todos os estudados, apto a atender as necessidades desta administração, senão vejamos:

*Resposta ao questionamento: "Tal solução de engenharia **decorre de pesquisas realizadas pela CESAMA durante 1 ano, com visitas à outras empresas de Saneamento** que utilizaram as mais variadas tecnologias construtivas de reservatórios. Desta pesquisa, a CESAMA buscou identificar pontos positivos e negativos de cada tecnologia. A CESAMA adotou critérios técnicos em sua opção pela solução licitada, tendo como a redução de custos com manutenção rotineira e futura do equipamento, limitações de espaço para o canteiro de obras onde será executado o mesmo, e ainda os prazos executivos, entre outros aspectos técnicos amplamente debatidos pelas equipes de projeto e operacional da CESAMA, levando em consideração principalmente as dimensões envolvidas para o presente reservatório, as quais o caracterizam em posição de destaque dentro do parque de reservatórios da CESAMA, como sendo um dos maiores. Desta forma, foi definida a tecnologia a ser empregada, por ser amplamente discutida no mercado atualmente, e convergente com os requisitos operacionais elencados pela CESAMA. Importante destacar ainda que a licitação se processa à luz da lei 13.303 e não da lei 8.666, onde a modalidade adotada não comporta a sugestão de*

alternativa tecnológica àquela especificada. Portanto, do ponto de vista técnico, não será aceita tecnologia construtiva diferente daquela especificada”

Ora i. Presidente da comissão de licitações, com a devida vênia, indicar de forma veemente a um possível concorrente em uma licitação, que não será aceita tecnologia construtiva diferente da especificada, quando a própria CESAMA processou licitação anterior, no mesmo ano, com tecnologia diferente da especificada, configura imperiosa afronta ao princípio da competitividade e desconhecimento dos critérios técnicos do próprio órgão para contratação deste tipo de objeto.

Ainda sobre as pesquisas realizadas durante 1 (um) ano, cabe questionar se a CESAMA manteve contato com a maior cia de saneamento básico das américas, a SABESP. Cabendo destacar que tal companhia já utiliza outro sistema que não o parafusado em suas instalações. De igual modo, cabe questionar se neste um ano a CESAMA manteve contato com a COPASA, SANEPAR, CEDAE, CORSAN entre outras para saber se existia tecnologias novas no mercado.

Registre-se, por oportuno, que o entendimento da CESAMA – JUIZ DE FORA foi diferente do adotado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, referência maior no mercado de saneamento básico nacional, considerando seu porte e capacidade técnica.

Mister salientar, que por ocasião da CONCORRÊNCIA SABESP ME 16495/17, (uma das inúmeras Licitações publicadas pela SABESP, e em sendo necessário podermos enumerar todas elas) a Impugnante teve sua tecnologia de Reservatório feito com sistema de dobra dupla homologado pela referida Companhia, conforme edital da concorrência (doc. Anexo fls. 111 a 121) cujo objeto também era o fornecimento de reservatório para água tratada. E como se pode notar nesta Licitação a SABESP, bem como nas demais, a mesma evidencia com sua aceitação dos dois Sistemas, isto é, o Vitrificado bem como o nosso Dobra Dupla – Verinox (doc. Anexo fls. 104 a 121).

Com a devida vênia, a restrição da Licitação às fabricantes de reservatórios do tipo parafusado restringe a participação na concorrência a apenas alguns fornecedores representantes de tecnologias estrangeiras, prejudicando a livre concorrência, a isonomia e a economicidade. Limita-se, dessa forma, a atuação da

Administração Pública na busca do melhor custo-benefício para o fornecimento e, consequentemente violando o princípio da eficiência administrativa e, sobretudo, em detrimento de uma tecnologia de fabricação nacional de igual ou melhor qualidade técnica.

O sistema de Dobra-Dupla atende perfeitamente as exigências do Projeto e normas técnicas estabelecidas no Termo de Referência, com exceção àquelas referentes aos parafusos, pois, o sistema de dobra-dupla a que são submetidas as chapas de aço no método construtivo da Impugnante evitam, justamente, a utilização de parafusos e/ou soldas, o que permite um ganho de qualidade.

Ora, além de atender ao objeto licitado e todas as normas técnicas relevantes aplicáveis ao objeto licitado, o sistema de Dobra-Dupla traz um benefício superior à administração pública, na medida em que apresenta baixa manutenção se comparado com o método parafusado que pressupõe furos e pontos de atenção na estrutura de aço, longa vida operacional, além de possuir uma montagem rápida e automatizada.

E mais, os reservatórios de Dobra-Dupla são fabricados a partir de bobinas de Verinox, que combina uma chapa de aço galvanizado na parte externa e chapa de aço inoxidável 316Ti na parte interna do reservatório. Como é sabido, o aço inoxidável é um tipo de aço de alta liga, contendo em sua composição química elementos como cromo, níquel e molibdênio, que lhe conferem uma excelente resistência à corrosão quando comparado ao aço carbono (material base utilizado para fabricação dos tanques de aço aparafusados e de aço soldado). O inox dispensa a aplicação de um revestimento (ou pintura) na parte interna, não necessitando, assim, de manutenção contínua, a exemplo dos sistemas convencionais.

Com efeito, apenas por apego ao debate, ao tratar da redução de custos tanto no equipamento quanto na manutenção nas justificavas apresentadas em resposta ao questionamento, elucidamos que para o sistema construtivo em dobra dupla, a manutenção é praticamente inexistente e o prazo de execução é significativamente menor que outros disponíveis no mercado, inclusive o parafusado.

Fato é que, independentemente da existência ou não de parafusos, o equipamento fornecido pela Impugnante atende perfeitamente aos requisitos do

Termo de Referência, podendo, ainda, apresentar qualidade superior em relação aos demais concorrentes, cujo desempenho é essencialmente o mesmo, repita-se, conforme reconhecido pela própria SABESP. A exigência do tipo parafusado apenas restringe a competitividade e a isonomia da concorrência sem nada acrescentar em benefício para a administração pública.

Deste modo, com base nos ditames legais estampados no art. 42, inciso VIII, alínea "d" da Lei nº 13.303/2016, a exigência de que o reservatório licitado dever ser exclusivamente do tipo parafusado revela-se ilegal e abusiva, devendo ser revista.

IV – PEDIDOS

Ante o exposto, a Impugnante requer à i. Autoridade Julgadora que se digne a julgar procedente a presente impugnação, de modo a acolher os seguintes pedidos:

a) a retificação do Edital e Termo de Referência correspondentes a presente licitação, no que tange a exigência de que o reservatório a ser fornecido seja exclusivamente parafusado, permitindo o fornecimento de sistemas capazes de atender aos mesmos objetivos e amplamente utilizados em licitações anteriores de outras companhias de Saneamento Básico do país, a exemplo dos reservatórios com sistema de dobra-dupla, bem como que seja postergada a data para apresentação dos documentos.

Termos em que pede deferimento.

São Paulo, 25 de junho de 2019.


DOPP SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE TANQUES E SILOS
Luis Fernando Fonseca Proença
Diretor

16.586.753/0001-60
DOPP Sistemas Construtivos de
Tanques e Silos S.A.
Rua Coronel Antônio Marcelo, 260
Brás - CEP 03054-040
SÃO PAULO - SP